

Múltiplas dimensões na comunicação das inundações no Rio Grande do Sul: ensaio sobre a construção social da noção de voluntariado

Multiple dimensions in the communication of flood impacts in Rio Grande do Sul: an essay on the social construction of the notion of volunteering

Rodolfo Bezerra de Menezes LOBATO DA COSTA^{1*}, Tarinê Cortina Poeta Castilho da SILVA^{1**}, Vinícius Luiz CORRÊA^{1***}, Carolina EFING^{1****}, Lara SENGER^{1*****}, Marjorie Reis MULLER^{1*****}

Artigo recebido em
10 de março de 2025

Versão final aceita em
12 de novembro de 2025

Publicado em
17 de junho de 2026

Resumo: Este artigo examina as múltiplas dimensões na comunicação dos impactos socioambientais das inundações que ocorreram em maio de 2024 no Rio Grande do Sul. A pesquisa de campo e a coleta de dados ocorreram na região metropolitana de Porto Alegre e no Vale do Rio Taquari, seis meses após o desastre, observando o processo de recuperação e as cicatrizes deixadas pela destruição. O foco do estudo foi compreender as formas de engajamento produzidas, explorando o papel das mídias sociais e dos aplicativos de mensagens em situações de crise climática. A metodologia adotada incluiu atividades de extensão (cine-debate com o documentário “O Resgate”), relatos de campo, observação direta, entrevistas e rodas de conversa, com foco nas categorias de risco, afetados e voluntariado. A análise tem como fio condutor uma reflexão sobre os dilemas da construção social do voluntariado em emergências, o papel das relações informais de comunicação na construção de solidariedade e disseminação de informações. A análise final enfoca três aspectos da relação entre comunicação e voluntariado: a interação com instituições públicas, formas sutis de comunicação entre elementos não-humanos e a construção social do voluntariado, fundamentada numa suposta dicotomia entre o Estado e sociedade civil.

Palavras-chave: comunicação de risco; desastres socioambientais; voluntariado; inundações no Rio Grande do Sul; evento climático extremo.

Abstract: This article examines multiple dimensions in the communication of the socio-environmental impacts of the floods that occurred in May 2024 in Rio Grande do Sul. Field research and data collection were conducted in the metropolitan region of Porto Alegre and in the Taquari River Valley, six months after the disaster, observing the recovery process and the lasting traces of destruction. The focus of the study was to understand the forms of engagement produced, exploring the role of social media and messaging apps in climate crisis situations. The methodology adopted included extension activities (film discussion with the documentary “O Resgate”), field reports, direct observation, interviews, and conversation circles, with a focus on the categories of risk, affected populations, and volunteering. The analysis is guided by a reflection on the dilemmas of the social construction of volunteering in emergencies, the role of informal communication relationships in building solidarity and disseminating information. The final analysis focuses on three aspects of the relationship between communication and volunteering: interaction with public institutions, subtle forms of communication between non-human elements, and the social construction of volunteering, based on a supposed dichotomy between the state and civil society.

Keywords: risk communication; socio-environmental disasters; volunteering; floods in Rio Grande do Sul; extreme climatic events.

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

E-mails de contato:

* rodolfolobato@ufpr.br

** tarine.silva@ufpr.br

*** vinicius.correa@ufpr.br

**** carolina.efing@ufpr.br

***** lara.senger@ufpr.br

***** marjorie.muller@ufpr.br

1. Introdução

Seis meses após as grandes inundações de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, uma equipe de pesquisa da Universidade Federal do Paraná desembarcou na capital gaúcha para investigar as dinâmicas e os impactos do desastre climático. Nossa incursão abrangeu a região metropolitana de Porto Alegre e o Vale do Rio Taquari, permitindo-nos observar diferentes contextos de resiliência. Quando chegamos, a cidade apresentava alguns sinais de retorno à normalidade, mas bastava uma breve caminhada para notar as marcas da destruição não só nas fachadas das casas, como também nos rostos e nas expressões dos moradores.

O Rio Grande do Sul enfrentou uma série recorrente de eventos climáticos extremos no início da década de 2020. Entre 2020 e 2023, o estado sofreu com estiagens prolongadas, seguidas por ondas de calor nos primeiros meses desses anos. Contudo, o foco deste estudo recai sobre as grandes inundações ocorridas em 2023 e 2024, decorrentes de ciclones extratropicais e precipitações atípicas. As regiões analisadas apresentam características geomorfológicas que as tornam especialmente vulneráveis a ameaças hidrológicas. A área se caracteriza por cadeias montanhosas com densa rede de corpos hídricos, onde diversos municípios estão situados em planícies de inundação.

A bacia hidrográfica do Taquari-Antas, cujos afluentes convergem para o Lago Guaíba, configura um sistema de drenagem que impacta diretamente a região metropolitana de Porto Alegre. Essa configuração geográfica favorece o fenômeno de inundações em cascata: os eventos iniciados no Vale do Taquari propagam-se progressivamente em direção à capital. Tal vulnerabilidade explica por que municípios como Muçum, Encantado, Santa Tereza e Roca Sales, assim como Porto Alegre, desenvolveram uma relação histórica com eventos de cheia. Na capital, essa adaptação materializa-se no Sistema de Proteção contra Cheias, infraestrutura implementada em 1971 como resposta à catastrófica inundação de 1941.

Procuraremos, neste artigo, analisar os diferentes relatos coletados para identificar as múltiplas dimensões na comunicação das inundações. Para além dos veículos de comunicação tradicionais, nos concentramos em objetos de análise aparentemente marginais, como as redes sociais e as suas diferentes formas de engajamento, incluindo aspectos comunicacionais entre humanos e animais em um contexto de evento climático extremo.

Diante da pergunta “o que é um desastre?”, orientamo-nos pelo que Mattedi (2017) compreende como disputas cognitivas relacionadas aos processos de “naturalização” ou “culturalização”, intimamente ligados às experiências de comunicação. Ao enfatizar uma abordagem sociológica, o autor afirma que os eventos climáticos extremos podem ser instrumentos para analisar a ruptura na rede sociotécnica de estabilidade entre o mundo social e natural. Portanto, contemplamos os relatos como dados e *locus* privilegiados de investigação.

A partir de uma abordagem metodológica que combinou relatos de cam-

po, observação direta, rodas de conversa e entrevistas com diferentes agentes buscamos observar categorias analíticas emergentes entre os interlocutores, e identificamos as noções de risco, afetados e de voluntários. A análise crítica das práticas institucionais buscou compreender como o voluntariado se organiza e opera em emergências, sejam eles civis, profissionais especializados ou vinculados a organizações. Além disso, exploramos como as redes sociais e as relações informais de comunicação desempenharam um papel crucial na construção de redes de solidariedade e disseminação de informações, muitas vezes preenchendo lacunas deixadas pelas estruturas formais.

A constituição do campo de pesquisa e a identificação dos atores, mediadores e interlocutores inspirou-se na Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), que contribuiu para rastrear a interação e conexão entre atores humanos (agentes públicos ou privados) e não-humanos (aplicativos de celular, sites de exibição de filmes, rádios e animais)¹. Essa abordagem metodológica combinou a análise de referenciais normativos e a interlocução com atores sociais envolvidos na resposta às inundações. Dessa forma, foi possível construir uma compreensão multidimensional da problemática, articulando aspectos socioambientais, políticos e jurídicos.

Iniciamos o artigo contextualizando o evento climático e os passos da coleta de dados, com uma descrição da noção de riscos e de afetados. Na sequência, destacamos como objeto de análise o documentário “O Resgate”, produzido pelo Brasil Paralelo (Mesquita & Viana, 2024), estratégico para compreendermos a emergência das categorias analíticas acionadas. A escolha do documentário como objeto de análise deve-se à sua importância nas disputas narrativas sobre o evento e por colocar a figura do voluntário no centro de uma disputa simbólica. Ele se configura, portanto, como um estratégico para a análise dos sentidos atribuídos à solidariedade e ao engajamento civil, ainda que reconheçamos seu caráter intencionalmente ideológico e parcial.

Para analisar criticamente essa construção narrativa e os fenômenos observados em campo, o artigo estrutura-se em torno de três aspectos centrais da relação entre comunicação e voluntariado que emergiram da pesquisa: a interação com as instituições públicas e movimentos sociais, a emergência da agência de elementos não-humanos como atores sociais e, por fim, a própria construção social da noção de voluntariado.

1 Na Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012), a noção de ‘ator’ (ou ‘actante’) não se restringe a seres humanos, mas inclui qualquer entidade que produza efeitos na sociedade, modificando relações e dinâmicas sociais. Assim, aplicativos, sites, rádios e até animais são considerados atores sociais não-humanos, pois mediam ações, influenciam decisões e participam ativamente da construção do real – sem possuir intencionalidade no sentido humano, mas exercendo agência material e simbólica.

1.1. Metodologia

Entre os dias 16 e 22 de novembro de 2024, um coletivo de estudantes² vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) e em Sociologia (PPGSocio) realizou trabalho de campo no Rio Grande do Sul. O objetivo inicial foi analisar as respostas institucionais e comunitárias desencadeadas pelo evento climático extremo ocorrido em 16 de maio de 2024.

A iniciativa incluiu visitas a organizações públicas e não governamentais, e interações diretas com as comunidades afetadas. A equipe, composta por estudantes de mestrado e doutorado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), buscou compreender e registrar as percepções e práticas que possam servir de base para a formulação de projetos individuais de pesquisa acadêmica.

A equipe visitou os municípios de Encantado, Roca Sales, Muçum, Porto Alegre, Canoas, Viamão e Guaíba, cidades que enfrentaram desafios significativos, incluindo deslocamento populacional, danos à fauna local e perda de infraestrutura crítica. A Defesa Civil de Porto Alegre e o Zoológico Municipal de Canoas, por exemplo, apresentaram desafios para a comunicação de riscos. Outro aspecto destacado foi a atuação de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atuou através de Brigadas; o Movimento dos Atingidos por Barragem (RS); Ongs focadas no resgate de animais afetados; e uma empresa de impacto social, ou seja, uma entidade privada com fins lucrativos que se apresenta como uma plataforma humanitária. Essas iniciativas mostraram o papel crucial da sociedade civil organizada em momentos de crise.

Como estratégia para inserção no campo, realizamos reuniões com dois grupos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): o TEMAS (Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade) e o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA), responsável pelo projeto de extensão ‘Observatório de Jornalismo Ambiental’. Esses dois encontros possibilitaram o aprofundamento das discussões sobre os desafios da comunicação de risco e a difusão de informações sobre eventos climáticos extremos.

A investigação também se ancorou na disciplina de Epistemologia Ambiental, ofertada pelo PPGSocio (UFPR), que forneceu o arcabouço teórico-metodológico e um espaço de organização coletiva. Como parte das atividades, foi realizado um evento de extensão universitária no formato de Cinedebate³, no qual se exibiu e discutiu o documentário “O Resgate” (Mesquita & Viana, 2024). A análise do documentário foi realizada com o objetivo de identificar os sentidos atribuídos ao voluntariado e às ações da so-

2 Discentes vinculados ao Grupo de Pesquisa “Observatório de Conflitos Socioambientais”, da UFPR, e inseridos no projeto de pesquisa “Conflitos Socioambientais e Marcadores Socioclimáticos”.

3 A socióloga Camila Dellagnese Prates, vinculada ao Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do RS, atuou como palestrante e interlocutora no evento.

cidade civil. A escolha se justifica pela relevância da obra na construção simbólica de narrativas públicas sobre o desastre e política, soma-se o fato de que o lançamento do documentário ocorreu nas vésperas das eleições municipais.

A análise foi fundamentada em referenciais jurídicos, incluindo a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e a Lei de Planos de Adaptação às Mudanças Climáticas (Lei nº 14.904/2024). Essas normativas permitiram compreender o cenário regulatório e as diretrizes institucionais que orientam a gestão de riscos e os desastres no Brasil.

Neste artigo, selecionamos interlocutores que serão identificados por letras, como os agentes da Defesa Civil de Porto Alegre (N, R e T), com os quais coletamos informações através de uma roda de conversa; dois integrantes do Movimento Atingidos por Barragens (M e Y); moradores do Sarandi (A e X), um morador da praia do Lami (I) e de um líder comunitário dos haitianos do município de Encantado (F); um coordenador humanitário de uma empresa de impacto social (W). Além disso, contamos com a colaboração, em trabalho de observação direta nas práticas de cuidado, de duas gestoras de ONGs (SOS Pets e “Não Me Deixe Para Trás”), três veterinárias vinculadas a essas organizações e duas veterinárias do Zoológico de Canoas.

A metodologia adotada incluiu o uso de cadernos de campo individuais, em que cada pesquisadora/pesquisador registrou anotações, relatos e impressões sobre as visitas e interações. Ao final de cada dia, a equipe se reuniu no alojamento compartilhado para organizar e sistematizar as percepções coletadas, utilizando cartazes como ferramenta visual para estruturar as principais percepções, reflexões e achados. A equipe foi composta por seis pesquisadores, que se dividiram em duplas ou trios para a realização das atividades.

2. Inundações como intrusão de Gaia: “as águas nas canelas, na cintura e no telhado”

A região metropolitana de Porto Alegre ocupa uma área de alto risco hidrológico. No ano de 1941, uma inundação histórica impactou a cidade, o nível das águas atingiu um pico de 4,75 metros, ultrapassando significativamente a marca de três metros do cais do porto. Desde então, diversas outras cheias relevantes foram registradas, porém nenhuma delas havia superado o nível máximo de 3,50 metros. Em 1967, o lago Guaíba atingiu 3,13 metros impulsionando a construção do sistema de diques de proteção contra inundações (Silveira, 2020).

As inundações que atingiram Porto Alegre em 2024 provocaram a morte de 183 indivíduos, segundo a Defesa Civil (G1 RS, 2024), e mais de 629 mil pessoas deslocadas. O nível do Lago Guaíba atingiu 5,35 metros, superando a marca histórica (Silva & Oliveira, 2024). Bairros como o de Sarandi foram particularmente afetados, onde as águas alcançaram até três metros de altura e demoraram meses para baixar (Audi et al., 2024). Durante a visita de

campo, relatos de moradores reforçaram esse cenário, em que as casas foram completamente submersas, perderam quase todos os pertences, e passaram a depender de ajuda pública, privada ou comunitária.

Desde a década de 1970, a cidade de Porto Alegre instituiu um Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), responsável pela gestão de riscos referentes a ações de drenagem e escoamento pluvial, bem como pelas comportas contra inundações. Quase cinquenta anos depois, o DEP foi absorvido pelo DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos) no ano de 2018. Essa iniciativa estava inserida em uma “ampla reforma administrativa” do governo municipal, que pretendia desburocratizar e facilitar o acesso do cidadão ao serviço público (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2025).

Em 2020, o Tribunal de Contas do Estado instaurou uma auditoria, que concluiu que, entre 2015 e 2019, o poder executivo precarizou o órgão, apesar da DMAE ser superavitária. Em consequência, a ação contratual com o BNDES para a privatização foi suspensa. Nos anos subsequentes, o superavit se manteve, conforme o Portal da Transparência de Porto Alegre, mas persistem controvérsias sobre a qualidade e quantidade de investimentos necessários (Portal Transparência, 2025).

Há sinais de que os eventos climáticos extremos, como chuvas intensas, tornaram-se mais frequentes devido ao aquecimento global (Silva & Oliveira, 2024), apesar de uma parte das autoridades públicas e formadores de opinião do Rio Grande do Sul afirmarem que o sistema de proteção de cheias é suficiente. Ou seja, há uma controvertida opinião de que a inundação seria consequência de um problema técnico. Encontramos argumentos que indicariam a necessidade de uma atualização desse sistema com performance correspondente às mudanças climáticas, ou que o sistema de proteção de cheias é extremamente caro e ineficiente, ou que há a necessidade de deslocamento populacional. Nesse sentido, a polêmica mistura argumentos, valores e referências técnicas e políticas.

Apesar das controvérsias, há um relativo consenso de que a infraestrutura urbana de Porto Alegre não está preparada para lidar com tais eventos. Durante as entrevistas, agentes da Defesa Civil reforçaram essa preocupação, destacando que o sistema de drenagem da cidade não foi projetado para lidar com volumes de água tão altos. Um dos agentes mencionou que a resposta inicial ao desastre foi dificultada pela falta de comunicação entre os diferentes níveis de governo, o que atrasou o envio de recursos essenciais para os resgates. Faz-se necessário problematizar o significado da noção de “falta de comunicação”, a ser desdobrado no artigo.

Além dos danos estruturais e do deslocamento populacional, a falta de assistência imediata também foi um fator crítico. Moradores do município de Canoas relataram que a ineficiência da comunicação de agentes públicos fez com que as pessoas não evacuassem áreas de risco, mesmo quando alertadas. De acordo com eles, devido a vários alarmes falsos proferidos, o chamado dos

carros de som da Defesa Civil foi ignorado por grande parte da comunidade no dia mais crítico das inundações.

O agente N da Defesa Civil, destacou, referindo-se aos últimos dois anos, que o Rio Grande do Sul entrou em uma “rota de desastres” e que a população ainda não assimilou a gravidade da situação. A resistência de moradores em evacuar suas casas antes do agravamento das inundações, por medo de saques, foi um dos principais desafios. N relatou que, em algumas operações, os resgatados só aceitavam ajuda de agentes estatais, recusando a presença de voluntários por temerem perder seus pertences.

Dados reunidos em uma única visita a campo indicam que as inundações que assolaram Porto Alegre entre 2023 e 2024 não ocorreram de maneira súbita, processo que será apresentado nos relatos coletados. Houve uma sucessão de eventos que se intensificaram ao longo do tempo. No dia 21 de novembro de 2024, durante a prospecção de campo, o agente N descreveu essa evolução utilizando uma metáfora popular entre os afetados: *primeiro, a água veio na canela, depois chegou na cintura, e agora subiu até os telhados*. Essa expressão sintetiza uma cronologia e identifica uma evolução do fenômeno.

No início de 2023, as “enchentes na canela” atingiram áreas de alagamento recorrente, também narradas por M (integrante do MAB) quando utilizou a seguinte caracterização: *a população do Sarandi criou seus filhos com água na canela* (relato feito no dia 22 de nov. de 2024). O morador A relatou que seu filho *não aguentava mais* (relatado em 22 de nov. de 2024), atribuindo a mudança de residência às inundações. O próprio entrevistado cogitava emigrar para o interior do estado e mudar de profissão, pois a convivência com as inundações não lhe oferecia nenhuma perspectiva de recuperação naquela região de Porto Alegre. Apesar de inconvenientes, essas inundações eram no passado consideradas manejáveis ou naturalizadas pelos moradores e pelas autoridades locais.

Já no final de 2023, o avanço das chuvas e a saturação dos solos elevaram o nível das águas, caracterizando a fase da “enchente na cintura”. Durante esse período, diversas famílias precisaram ser removidas e os serviços essenciais começaram a ser comprometidos, com relatos de dificuldade de assistência. No final de 2023, o coletivo de ativistas “Eco pelo Clima” junto com parlamentares promoveu uma audiência pública na tentativa de declaração de emergência climática no RS (Garske, 2023).

O movimento, apesar de não conseguir a declaração de emergência, mobilizou minimamente as autoridades públicas. Em reação, a prefeitura de Porto Alegre lançou o Edital nº 126/2023 para contratação de trinta Agentes de Serviços Técnicos e Operacionais para Defesa Civil. Nesse mesmo sentido, após as inundações de maio de 2024, abriu-se novo Edital (nº 071/2024) com mais sete vagas para Agente de Serviços Técnicos e Operacionais, seguindo a lógica de contratação apenas após as tragédias.

O ápice do desastre ocorreu quando a água superou os telhados de inúmeras residências, levando ao colapso de diques e infraestruturas essenciais.

A Defesa Civil e as Forças Armadas precisaram intensificar os resgates, mas muitos moradores ficaram isolados. O relato do agente N confirma que a tragédia de 2024 superou qualquer evento anterior em magnitude e impacto.

Esta sequência de eventos ratifica os alertas emitidos por pesquisadores sobre a precarização das estruturas de drenagem da cidade e sobre a ausência de planos operacionais por parte dos órgãos responsáveis. Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU, 2024), o professor da UFRGS Rualdo Menegat citou ainda as deficiências do sistema de comportas contra inundações, planos para energia elétrica e água potável em situações de alagamento.

A catástrofe vivida por Porto Alegre não pode ser compreendida apenas como uma falha pontual na gestão pública ou como um evento isolado na história das inundações da cidade. Como Isabelle Stengers (2015) sugere ao abordar a “intrusão de Gaia”, eventos como as inundações de 2024 devem ser vistos como expressões de uma nova condição planetária, na qual as fronteiras entre natureza e sociedade são irremediavelmente atravessadas.

2.1. Tateando os riscos e identificando a noção de afetados

O ato de pensar a sociedade de risco é um convite à análise das percepções e interpretações dos eventos climáticos extremos. O conceito de risco (Beck, 2001) destaca como a sociedade é capaz de criar tecnologias e, simultaneamente, produzir novos e complexos tipos de riscos. No caso de Porto Alegre, as inundações não são apenas um produto de variáveis naturais, mas também de fatores socioeconômicos.

Com a intenção de identificar a construção social do imaginário coletivo sobre os riscos, foi possível encontrar pistas de uma tendência dos moradores de áreas afetadas de subestimar previamente o perigo real dos eventos climáticos. Em seus relatos, muitos admitiram ter ignorado os alertas da Defesa Civil e resistido a deixar suas casas – comportamento que revela uma normalização do risco, decorrente da familiaridade com inundações passadas. Essa naturalização de eventos extremos, mesmo diante de sinais de ameaça, demonstra como percepções individuais e coletivas podem amplificar vulnerabilidades.

Outra questão crucial no debate sobre os impactos de eventos climáticos extremos diz respeito aos conceitos de injustiça ambiental (Acsehrad et al., 2009) e de racismo ambiental (Herculano & Pacheco, 2006; Belmont, 2023). As populações mais vulnerabilizadas são, frequentemente, as mais expostas a essas ameaças, dada a localização em bairros periféricos. O bairro Farrapos, em Porto Alegre, muito afetada em 2024, possui maior concentração de pessoas autodeclaradas como negras (40%) na comparação com outros bairros da cidade, segundo o IBGE (2022 citado por Corrêa, 2024).

A compreensão das múltiplas dimensões da comunicação é estratégica para compreendermos a internalização dos riscos socioambientais. Elementos como a promoção de educação socioambiental e a conscientização diante das mudanças climáticas podem ser ferramentas para que se obtenha o engaja-

mento civil necessário nas práticas de prevenção e na resposta a emergências (Teixeira & Sebastião, 2023).

No bairro da Praia do Lami, em Porto Alegre, caminhamos por ruas desertas, ladeadas por residências abandonadas ou em processo de reconstrução. Materiais amontoavam-se nas fachadas, enquanto os moradores, ora resilientes, ora resignados, tentavam recuperar seus lares. Em uma dessas visitas, encontramos o senhor I, que reforçava com tábuas e cordas um dos pilares de sua casa. Ao questioná-lo sobre sua segurança, ele respondeu evasivamente: *é...* (19 de nov. de 2024). A orla do bairro carregava os vestígios das sucessivas inundações de 2023 e 2024.

Seguindo para o Vale do Taquari, encontramos o senhor F, líder comunitário dos haitianos do bairro Navegantes, em Encantado. A cidade, fortemente atingida pelas inundações, ilustrava a desigualdade na recuperação entre diferentes comunidades. O senhor F nos guiou pelas ruínas da Escola Municipal de Educação Infantil Navegantes, situada no centro de uma praça pública, sem telhado e coberta de lama. O bairro, majoritariamente haitiano, localiza-se em uma planície a apenas 500 metros do Rio Taquari. Muitas moradias situavam-se seis metros abaixo do nível da planície, e o prédio mais alto do bairro ficou completamente submerso. O desastre demandou a intervenção estatal, mas também evidenciou o protagonismo da sociedade civil na resposta à crise.

Na Praia do Lami, um mecânico náutico organizou uma rede de apoio comunitária com a ajuda de uma cooperativa habitacional local. Juntos, estruturaram um centro de doações e distribuição de alimentos, contando temporariamente com o suporte de uma organização internacional. No Vale do Taquari, uma associação sem fins lucrativos, inicialmente voltada à administração de um ponto turístico, converteu-se em um *hub* logístico para a distribuição de assistência humanitária. Em Porto Alegre, uma ONG dedicada ao atendimento de mulheres carentes passou a produzir centenas de marmitas diariamente, sendo posteriormente integrada ao programa federal Cozinha Solidária.

Outro aspecto relevante observado foi a relação entre humanos e animais, o vínculo afetivo com cães e gatos emergiu de maneira intensa, impulsionando a mobilização. Contudo, a tragédia também escancarou práticas de abandono, muitas vezes mascaradas como resgates espontâneos. ONGs relataram que alguns tutores se desfizeram de seus animais sob o pretexto de tê-los encontrado desabrigados, sobrecarregando os centros de acolhimento. A situação dos animais de produção seguiu uma lógica distinta, a perda de bovinos, suínos e aves foi frequentemente tratada como um prejuízo financeiro.

Os animais silvestres apresentaram dinâmicas próprias durante o desastre. Conforme relataram as veterinárias do Zoológico Municipal de Canoas, muitas espécies conseguiram buscar refúgio. No entanto, a reocupação humana das áreas afetadas gerou conflitos com moradores encontrando animais em locais antes desabitados. Além disso, a falta de treinamento técnico de

socorristas resultou em resgates desnecessários, sobrecarregando centros de triagem e zoológicos. Outro fenômeno observado foi o aumento na entrega de animais silvestres mantidos ilegalmente em cativeiro.

Os desastres não apenas destroem casas e infraestruturas, mas transformam profundamente as vidas. Como aponta Vainer (2008), a figura do afetado não se resume àquele que sofre perdas materiais, mas sim às pessoas cuja trajetória social é reconfigurada pelo evento. Nos relatos de moradores da Praia do Lami, do Vale do Taquari ou do Sarandi, encontramos pistas dessa afetação: a experiência do desastre não se encerra com a baixa das águas, mas persiste na insegurança habitacional e na reconstrução desigual, eivada de incertezas.

Nesse contexto, ser afetado significa lidar com a ruptura do cotidiano e a reinvenção forçada de trajetórias individuais e coletivas. Seja no abandono das próprias casas, na reorganização da comunidade para suprir lacunas deixadas pelo Estado ou na adaptação a um território transformado, os afetados são aqueles que, a partir do desastre, ingressam em uma nova condição social. Assim, a recuperação não deve ser pensada apenas como reposição do que foi perdido, mas como um processo que reconheça e enfrente as desigualdades históricas que tornam alguns grupos vulnerabilizados.

3. Documentário “O Resgate” e “o povo pelo povo”: a idealização do voluntariado

O documentário “O Resgate” é uma produção do Brasil Paralelo (BP), lançado no dia 8 de agosto de 2024 na plataforma de vídeos *YouTube*⁴. O Brasil Paralelo se autodenomina uma empresa de jornalismo, entretenimento e educação. Em sua plataforma online encontramos filmes, documentários, ebooks e artigos jornalísticos.

Ao navegarmos pelo portal da BP conseguimos encontrar informações que nos dão pistas importantes sobre seus conteúdos, como a missão da empresa: *resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros*⁵. O resgate de um sentimento nacionalista, o apelo a imagem de “povo” somado a um discurso liberal fica ainda mais evidente através da declaração de seus valores: *Verdade, Liberdade, Arte, Ambição, Meritocracia, União, Diplomacia*⁶.

Segundo dados fornecidos em seu próprio site, hoje o BP conta com mais de 400 mil assinantes, mais de 3,6 milhões de inscritos em seu canal e mais de 6 milhões de seguidores em suas redes sociais, buscando ser, segundo eles *o ecossistema de maior influência cultural do Brasil*⁷. Em 2021, a revista Forbes

4 Brasil Paralelo. (2024, agosto 8). *Documentário completo sobre a tragédia no Rio Grande do Sul: O Resgate*. YouTube. <https://www.youtube.com/live/7mR5nNUQxYw>

5 Brasil Paralelo. [s.d.]. *Sobre nós: O que é a Brasil Paralelo*. <https://www.brasilparalelo.com.br/>

6 Brasil Paralelo. [s.d.]. *Sobre nós: O que é a Brasil Paralelo*. <https://www.brasilparalelo.com.br/>

7 Brasil Paralelo. [s.d.]. *Sobre nós: O que é a Brasil Paralelo*. <https://www.brasilparalelo.com.br/>

publicou um ranking dos mais influentes “*think tanks* do livre mercado”⁸, e a plataforma BP aparece com destaque dentro da área de vídeos educacionais.

Quando nos embrenhamos pelo conteúdo do BP percebemos uma forte presença de uma retórica de guerra, um vínculo onipresente com símbolos e termos das forças armadas e um apreço ímpar por histórias de guerras passadas ou contemporâneas. Essa forma de apologia aparenta para quem lê uma ideia de que há uma guerra em curso. Essa guerra tem caráter cultural e ideológica, principalmente contra temas de gênero, mudanças climáticas e as políticas públicas de redução das desigualdades.

O documentário que analisamos é organizado como uma seleção de entrevistas e relatos feitas por vítimas, membros de organizações do estado do Rio Grande do Sul, como gestores públicos e políticos da região, e principalmente membros da sociedade civil que ajudaram no resgate de pessoas e animais nos dias da inundação. Inicia-se com uma sequência de imagens das áreas atingidas, buscando mostrar todo o dano causado pela força da água, enquanto ouvimos ao fundo apenas as vozes de diferentes pessoas, ainda anônimas, a respeito das suas memórias da tragédia. Depois acompanhamos alguns entrevistados visitando o que ainda restava de suas casas, com uma música instrumental que cria uma atmosfera sensível e inquietante.

A partir da entrevista de um gestor do Mercado Público Central de Porto Alegre, o documentário mostra a placa fixada na parede do mercado, que sinaliza e relembra os visitantes a altura que chegou a água na inundação de 1941. O protagonista, subindo mais um pouco sua mão pela parede, mostra a marca deixada pela água na inundação de 2024, 41 centímetros acima. Para além do trauma dos momentos de desespero que viveram, pelas vidas perdidas e destruídas, se traça a magnitude do impacto econômico que essa calamidade representa para os municípios atingidos.

Na segunda parte do documentário, intitulado “cronologia de uma tragédia”, inicia-se um levantamento de notícias e dados que contam a história de como os eventos começaram e transcorreram. O BP traz à tona que, em 2018, engenheiros da prefeitura de Porto Alegre emitiram um aviso sobre uma falha nos mecanismos de proteção contra inundações da cidade e que três casas de bombas, que servem para escoar as águas das chuvas, estavam com problemas no funcionamento. Em caso de fortes chuvas, essas falhas poderiam acarretar grandes alagamentos e, por isso, necessitavam de reparos urgentes, porém esse pedido não foi atendido pela prefeitura. Veicula-se, então, uma primeira hipótese do documentário, a inundação seria um problema técnico, o que coloca em segundo plano a dimensão climática.

Após dois episódios de alagamentos na cidade em 2023, um novo aviso foi emitido, mesmo assim não houve resolução. A prefeitura de Porto Alegre,

8 Chafuen, A. A. (2021, march 30). The 2021 ranking of free-market think tanks measured by social media impact. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2021/03/30/the-2021-ranking-of-free-market-think-tanks-measured-by-social-media-impact/>

sob a gestão de Sebastião Melo (MDB), desde 2021, não recebe críticas no documentário pela sua falta de atuação junto aos problemas relatados. Faz-se relevante citar que esse mesmo prefeito, preservado pelo documentário, foi reeleito em outubro de 2024, seis meses após o acontecido e dois meses após o lançamento desse documentário.

O dia de 27 de abril de 2024 marca o início das fortes chuvas no estado, que vieram seguidas de alertas. No quarto dia de chuvas, em 30 de abril, o impacto das águas já era de grandes proporções. Segundo os entrevistados, a cobertura midiática do ocorrido teria sido insuficiente, direcionando as críticas principalmente à Rede Globo, que teria subdimensionado a tragédia, dando inclusive mais tempo de cobertura ao show da artista pop Madonna, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Porém, verificamos as reportagens do Jornal Nacional a partir dos dias 30 e 31 de abril, e o telejornal dedicou os primeiros nove minutos ao desastre, dia do show da Madonna, ou seja, mais de um terço da duração total – 24 minutos e 52 segundos – foi ocupada pelas inundações⁹.

A Rede Globo parece ser um dos alvos do Brasil Paralelo em nome dos “bons valores”. Isso fica mais evidente quando vemos o questionamento e condenação pública criada ao redor do show de uma artista pop internacional, marcado por performances que desafiam convenções morais (“Madonna”). Devido ao tamanho e à forma inédita como esse evento aconteceu, a cobertura jornalística tomou conta das televisões e redes sociais dos brasileiros. O referido show aparece no documentário como um símbolo do que o narrador diz ser *frivolidade e ausência de conexão com o mundo real*. Esse megaevento parece reunir muitas das bandeiras repudiadas pelo Brasil Paralelo, como o investimento público em arte e cultura, principalmente representado com a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Soma-se o fato da cantora pop ser reconhecida por seu ativismo pelas causas sociais e aos direitos humanos.

Além de fortes críticas aos veículos de comunicação, identificamos acusações de ineficiência do Estado e imposição de “burocracias” para a chegada de doações na região. Apenas um órgão do Estado é poupado, e a imagem de “Braço forte”, é o título da terceira parte do documentário, uma referência direta ao lema do exército brasileiro “Braço forte, mão amiga”. O “braço forte” significa o poder bélico em nome da defesa da nação e a “mão amiga”, volta-do para a contribuição na manutenção da paz e do bem-estar do país. Essa parte do documentário se concentra na ação dos voluntários, membros da sociedade civil, que participaram dos resgates, trata-se da narrativa central do documentário.

Acompanhado de uma trilha sonora digna dos clássicos filmes de ação, centrados na imagem de uma “jornada do herói”, assistimos vídeos feitos pelos próprios voluntários em seus celulares. Na sequência, diversas pessoas se

9 Jornal Nacional. (2024, maio 04). *Programa de 04/05/2024*. [Vídeo]. Rede Globo. <https://globoplay.globo.com/v/12572099/?s=0s>

apresentam e começam a contar suas histórias. São majoritariamente homens e mulheres que se compadeceram e resolveram ajudar de inúmeras formas, utilizando barcos na busca de pessoas, fazendo a manutenção das embarcações ou alimentos, levantamento de endereços de pessoas que esperavam por resgate, arrecadando doações etc. A ação voluntária ganhou tanto volume que acabou se tornando um símbolo, ganhando espaço nas redes sociais e criando a partir daí um discurso sobre a bondade, alicerçado numa ideia nacionalista que se organizava dentro das noções de irmandade.

A ideia contida no conceito “o povo pelo povo”, usado no documentário, vai além da menção do êxito de uma operação autogestionada pelos cidadãos, mas carrega a visão de que o poder público e suas instituições seriam ineficientes, despreparadas ou até mesmo não interessadas. Em contraposição, cria-se uma imagem “apolítica” dos voluntários, que não fariam parte de organizações ideológicas e partidárias. O termo “política” aparece em diferentes momentos e é empregado de forma pejorativa, como sinônimo de ganância ou desvio do sentimento altruísta, colocando em dúvida até mesmo se as doações seriam desviadas em esquemas de corrupção.

É presente no relato de diferentes voluntários um descrédito e desconfiança completa nas instituições e nos agentes políticos, o que fica evidente na fala do empreendedor e voluntário: *ninguém está aqui por política, ninguém aqui é mercenário, ninguém está aqui para ganhar dinheiro. A gente está aqui para honrar o nome da nossa família e honrar o povo gaúcho e honrar o povo brasileiro* (Documentário O Resgate, 2024, 38:54).

Apesar de nenhum reconhecimento a respeito do que foi feito pelo Estado como forma de mitigação, o exército e as forças policiais acabam sendo os únicos órgãos estatais mencionados positivamente. As referências ao exército aparecem na contramão das críticas feitas ao Estado e representa um setor que se desvincula da política e parece estar ao lado da sociedade civil. Os voluntários são alçados ao papel de herói, capazes de grandes sacrifícios para salvar desconhecidos.

Casos de influenciadores digitais que ajudaram a montar uma operação milionária de doações ganham destaque, como descrito neste depoimento: *a sensação das pessoas aqui que tem um pouquinho mais de discernimento (...) é uma sensação de falência total de tudo! A gente abasteceu hospitais (...) nós levamos água!* (Documentário O Resgate, 2024, 49:08). Esse depoimento foi um entre vários, principalmente de empresários e influenciadores, que utilizaram as redes sociais para angariar doações e mobilizar uma suposta frota de caminhões e aviões. Essas iniciativas feitas pelo setor privado ganham um rompanete de verdadeiro altruísmo e heroísmo, mas também ajudam a mostrar o tamanho e extensão da rede de doações que foi criada por todo o Brasil, e que tinham as redes sociais, como o *WhatsApp* e o *Instagram*, suas ferramentas de mobilização e engajamento.

Há uma sensação de abandono, retoricamente produzido, em que a singularidade moral dos voluntários encontra uma suposta “inação” ou “imorali-

dade” da ausência do Estado e da mídia formal. Essa forma de caracterização da realidade produz uma fissura maniqueísta entre Estado e voluntariado, ou entre Estado e sociedade civil. Trata-se, pois, de um aprofundamento da polarização política em favor de um projeto liberal de desmonte das funções estatais.

4. A comunicação e o voluntariado

A comunicação e o voluntariado emergem como elementos centrais em cenários de crise, desempenhando funções que transcendem a simples mobilização de recursos ou a execução de ações pontuais. No contexto das inundações de 2024 no Rio Grande do Sul, essas dimensões revelaram-se indispensáveis para a articulação de respostas rápidas e eficazes, ao mesmo tempo em que expuseram fragilidades estruturais e desafios organizacionais. Este item propõe uma análise das múltiplas facetas do voluntariado, considerando sua atuação em diferentes esferas e investigando como a comunicação foi mobilizada para viabilizar ações humanitárias.

A análise é estruturada em torno de dois eixos principais: a interação entre voluntários e instituições públicas, como a Defesa Civil e o Exército; a atuação de organizações da sociedade civil abrangendo ONGs, empresas de impacto social, movimentos sociais e comunidades locais.

4.1. Voluntariado e as instituições públicas (Defesa Civil, Exército)

O papel do voluntariado revela nuances que vão além da simples disposição para ajudar. No contexto das inundações em Porto Alegre, os voluntários emergiram como elementos-chave na mediação entre a população e o poder público, tanto na resposta emergencial quanto na comunicação sobre direitos e assistência. A experiência de campo demonstrou que, enquanto a presença do voluntariado nas operações de resgate e assistência foi essencial, a relação com as instituições públicas frequentemente oscilou entre cooperação e ausência de coordenação.

Durante as visitas à Defesa Civil municipal identificamos que a comunicação institucional enfrentou desafios significativos, especialmente na transmissão de informações confiáveis para a população afetada. O relato de N, agente da Defesa Civil, ilustra essa dificuldade ao mencionar que a comunicação foi a maior barreira no período crítico. Durante as inundações, a Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul emitia alertas para a população por meio do número de *WhatsApp*. A Defesa Civil Municipal de Porto Alegre iniciou o atendimento por aplicativo de mensagens em 19 de fevereiro de 2024, permitindo que os moradores recebessem alertas climáticos.

Posteriormente, em 4 de maio de 2024, foi implementado um serviço específico no *WhatsApp* para emergências com risco de morte, oferecendo contato direto com um atendente humano para agilizar os resgates. Houve,

também, uma forma de comunicação parcialmente preenchida por voluntários, que se articularam via redes sociais e contatos diretos para encaminhar demandas urgentes.

N relatou que, em algumas operações, os voluntários acompanharam agentes da Defesa Civil em barcos. No entanto, houve casos em que os moradores afetados recusaram a ajuda quando os voluntários estavam presentes, temendo que suas casas fossem saqueadas. Esse receio reforça a percepção de que, apesar da importância do voluntariado, muitos atingidos depositavam maior confiança na assistência de agentes estatais. Há o caso do vizinho de X, que passou toda a inundação em um bote, armado, acampando no terceiro andar de sua casa, que era o único ponto não alagado. Seu objetivo era prevenir saques contra sua residência e as de seus vizinhos.

O uniforme, nesse contexto, representa uma dimensão essencial da comunicação. Símbolos visuais como cores, insígnias e vestimentas institucionais carregam uma carga significativa de autoridade e confiabilidade. Elementos sutis, como a postura, o tom de voz e até mesmo a forma de abordar os atingidos, podem influenciar diretamente a aceitação da ajuda. Em meio ao caos e à insegurança, a presença de agentes uniformizados estabelece uma relação imediata de reconhecimento e legitimidade, algo que os voluntários, apesar de bem-intencionados, nem sempre conseguiram transmitir. Esse fator evidencia como a comunicação não se restringe apenas às palavras, mas envolve um conjunto complexo de sinais que, em situações de crise, podem determinar o sucesso ou fracasso de uma operação de resgate.

Além de N, outros dois agentes da Defesa Civil compartilharam percepções sobre os desafios enfrentados durante as inundações. Outro agente, aqui identificado como R, que participou ativamente das operações de resgate, destacou que a falta de equipamentos adequados dificultou a atuação dos agentes locais, levando à necessidade de apoio externo. Já T, envolvido na coordenação das equipes, reforçou que a estrutura municipal se mostrou insuficiente para lidar com a magnitude do desastre, e que a atuação do Exército foi fundamental para a logística e execução de resgates em larga escala.

Um dos suportes fornecidos pelas Forças Armadas foi o rádio de comunicação, que permitiu melhorar a articulação entre as equipes em campo e os centros de comando. Segundo os agentes, esse equipamento foi essencial para coordenar deslocamentos em áreas alagadas, garantindo que pedidos de resgate fossem atendidos com maior eficiência. Em um cenário onde a infraestrutura de telefonia e internet estava severamente comprometida, a comunicação via rádio representou um diferencial crucial para o sucesso das operações, ainda que possuindo limitações relacionadas ao acesso à energia elétrica.

Um integrante de uma empresa de impacto social, W relatou, como membro do *Cluster* Humanitário para as inundações, que o exército se tornou a liderança de fato da resposta emergencial, enquanto a Defesa Civil foi colocada em uma posição secundária. Por sua vez, a ação dos correios foi essencial para

garantir o gerenciamento logístico das doações, a estrutura organizacional da empresa pública foi realocada para favorecer a resposta humanitária. Estes dois entes públicos foram considerados pivôs da fase emergencial das inundações pelo entrevistado.

Por outro lado, diversos membros da sociedade civil relataram que o voluntariado foi essencial para garantir apoio imediato em locais onde o poder público não conseguia chegar. Um morador de uma área afetada comentou que *se não fosse a mobilização da comunidade, muitas pessoas teriam ficado dias sem assistência* X (conversa realizada no dia 22 de dezembro de 2024). Além disso, algumas organizações locais formaram redes para garantir deslocamento de pessoas desalojadas, destacando que a rapidez da resposta voluntária contrastou com a burocracia estatal.

Em uma roda de conversa identificamos que os agentes da Defesa Civil Municipal percebiam indícios de uma estrutura fragilizada diante da magnitude do desastre. O próprio crescimento do contingente de agentes, de nove para quarenta, foi um reflexo dessa necessidade emergencial, mas não supriu a falta de articulação entre as esferas federativas. Como apontado nas conversas com moradores atingidos, o papel dos voluntários não se restringiu ao resgate físico, mas também à construção de redes de solidariedade e à disseminação de informações sobre auxílios e direitos.

A equipe do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA) da UFRGS apontou que a forma como as instituições divulgaram informações foi marcada por falhas estruturais. A centralização das mensagens na figura do governador e o uso de um tom alarmista, sem orientações concretas, dificultaram a compreensão da população sobre as ações a serem tomadas. Além disso, mapas e comunicados foram removidos após serem divulgados com erros, gerando desconfiança e desinformação.

A comunicação em momentos de extremos climáticos desempenha um papel essencial na conscientização da população e na mobilização de políticas públicas eficazes. Aguiar e Loose (2024) destacam como a cobertura jornalística pode tanto informar sobre os impactos imediatos das mudanças climáticas quanto ampliar o debate para a construção de medidas de enfrentamento. A inserção do tema em telejornais, como o *Jornal do Almoço*, destaca a importância de contextualizar os eventos climáticos dentro da crise ambiental global, para além da cobertura factual. Dessa forma, o jornalismo tem a responsabilidade de superar a mera transmissão de informações emergenciais e atuar como agente crítico na discussão de políticas públicas e estratégias de mitigação dos eventos climáticos (Aguiar & Loose, 2024).

A relação entre o voluntariado e as instituições públicas revela um cenário multifacetado: enquanto foi essencial em diversas frentes, a principal força de ação em momentos críticos não pode ser determinada exclusivamente por esta pesquisa de campo. A percepção sobre a importância relativa de cada grupo varia entre os diferentes atores entrevistados. Essa dinâmica reforça a necessidade de uma comunicação eficiente entre agentes públicos, voluntários e

população, bem como de um fortalecimento das capacidades institucionais para enfrentar futuras crises.

4.2. Comunicações sutis na relação entre humanos e não humanos

As inundações expuseram não apenas os desafios logísticos enfrentados, mas também a complexidade das interações entre humanos e animais. Em contextos de crise, as relações de interesse tornam-se mais visíveis, revelando formas de comunicação que vão além da linguagem verbal, englobando gestos, comportamentos e respostas instintivas ou emocionais.

Identificamos exemplos de cooperação sensível entre humanos e não humanos, como nos casos em que cães e gatos foram resgatados, ou quando voluntários e veterinários se mobilizaram para tratar animais em condições adversas. Emergiram dilemas práticos, como a decisão de realizar ou não a eutanásia em animais com doenças infecciosas, ou a invisibilização de certas espécies, como animais de produção e silvestres, frequentemente negligenciados em comparação com animais de companhia. Além disso, a ausência de protocolos claros e de conhecimentos técnicos adequados para o manejo de animais em situações de crise indicou falhas de comunicação.

Foi possível identificar pistas de comunicações sutis entre humanos e não humanos, bem como entre os próprios animais, em cenários afetados pelas inundações. A partir das observações feitas em abrigos, zoológico e ONGs, foram coletados dados sobre os desafios, as possibilidades e as limitações das dinâmicas de interespecie em contextos de vulnerabilidade.

Bruno Latour (2020) argumenta que a relação entre humanos e não humanos deve ser compreendida como uma rede de interações complexas, na qual ambos os grupos são agentes ativos. Essa perspectiva desafia a visão tradicional que separa o “mundo natural” do “mundo humano”, propondo, em vez disso, um

mundo híbrido. Com nessa perspectiva, orientamos nossas observações de campo, especialmente ao analisar o abrigo “Não Me Deixe Para Trás”, o Zoológico Municipal de Canoas e as ações da ONG SOS Pets.

No abrigo “Não Me Deixe Para Trás”, por exemplo, as veterinárias relataram que, durante as chuvas, os cães subiam em suas “casinhas” e uivavam intensamente, enquanto os que estavam soltos se agrupavam em busca de locais mais altos, como se alertassem uns aos outros sobre o perigo iminente. Esse comportamento evidencia uma forma de comunicação que transcende a linguagem humana, reforçando a ideia de solidariedade entre os animais.

Além disso, os veterinários do abrigo enfrentaram dilemas práticos relacionados à eutanásia de animais com doenças infecciosas. Apesar do risco de contágio, a posição do abrigo era contrária à prática, optando pelo tratamento dos animais, mesmo em condições adversas. Essa postura reflete uma dualidade: de um lado, a preservação da vida animal; de outro, a necessidade de proteger a coletividade. Essa decisão, no entanto, não era isenta de desafios.

Os veterinários voluntários revelaram dificuldades técnicas e emocionais ao realizar procedimentos com recursos limitados, destacando que o manejo dos animais exigia mais do que o conhecimento técnico sobre as patologias. Segundo as veterinárias, era fundamental compreender os traumas vividos pelos animais durante as inundações, pois esses traumas influenciavam diretamente seus comportamentos, tanto em relação aos humanos quanto a outras espécies.

Muitos animais expressavam medo ou dor, que precisavam ser interpretadas para garantir um manejo adequado. Por exemplo, cães que haviam perdido seus tutores ou que haviam sido expostos a situações de risco extremo apresentavam comportamentos de retração ou agressividade, enquanto outros demonstravam sinais de sociabilidade ao buscar proximidade com os cuidadores. Essas interações, embora silenciosas, foram cruciais para determinar as estratégias de tratamento e socialização, evidenciando a importância de compreender as nuances da comunicação animal.

Latour (2020) reforça que a agência dos não humanos não deve ser ignorada, essa perspectiva é particularmente relevante no contexto do abrigo/refúgio, onde as decisões tomadas pelos veterinários e voluntários eram constantemente influenciadas pelas respostas comportamentais dos animais. Assim, a comunicação sutil entre humanos e animais não apenas revelou a necessidade de uma abordagem sensível, que considere as especificidades de cada espécie.

No contexto do Zoológico Municipal de Canoas, a interação entre humanos e animais silvestres revelou-se um ponto crítico durante as inundações. Embora os técnicos do zoológico possuíssem amplo conhecimento sobre a fauna silvestre e suas necessidades, a falta de preparo de outros agentes envolvidos, como bombeiros, policiais e voluntários, comprometeu a eficácia das ações de resgate. Essa lacuna de conhecimento técnico e de comunicação gerou uma série de intervenções desnecessárias, que não apenas sobrecarregaram o zoológico, mas também colocaram em risco a saúde e o bem-estar dos próprios animais.

Um dos principais problemas observados foi a desinformação por parte de civis, que, por medo ou desconhecimento, frequentemente solicitavam a retirada de animais silvestres de suas casas ou propriedades, mesmo quando isso não era necessário. Segundo os especialistas do zoológico, em muitos casos, bastava abrir o local e aguardar para que os animais retornassem sozinhos ao seu *habitat*. Animais como gambás, tatus e aves, que buscaram abrigo temporário em galpões e residências durante a inundação, tendem a se deslocar espontaneamente com o retorno das condições normais. A falta de compreensão sobre essas dinâmicas levou a intervenções precipitadas, que resultaram em capturas desnecessárias e, em alguns casos, no agravamento do estresse ou de ferimentos.

Bombeiros e policiais, embora essenciais para a logística de resgates, não possuíam o conhecimento necessário para lidar com a fauna silvestre, o que resultou em ações contraproducentes. Voluntários, por sua vez, muitas vezes

agiram com base em boas intenções, mas sem a orientação adequada, contribuindo para a superlotação do zoológico e para o manejo inadequado de espécies.

Um aspecto relevante observado durante as inundações no Rio Grande do Sul foi a forma como a mídia abordou a questão animal. A maior parte das notícias concentrou-se em animais de companhia, como cães e gatos, destacando histórias de resgates bem-sucedidos, perdas emocionantes e reencontros entre famílias e seus animais que haviam sido separados. Esses relatos, amplamente divulgados, mobilizaram a atenção pública e geraram comoção, reforçando o vínculo afetivo que a sociedade estabelece com essas espécies. No entanto, em relação a animais rurais e silvestres, a abordagem foi significativamente diferente, com raras exceções. Um exemplo notável foi o caso de um cavalo resgatado de um telhado no Rio Grande do Sul, que ganhou destaque na mídia e gerou grande comoção (Laboissière, 2024).

No caso dos animais de produção, como bovinos, suínos e aves, a invisibilização foi ainda mais evidente. A relação estabelecida com esses animais frequentemente se distancia de um vínculo afetivo, sendo mediada predominantemente por seu valor econômico. Em situações de inundações, a perda desses animais é, muitas vezes, percebida como um prejuízo financeiro, levando os tutores a priorizarem a busca por compensações econômicas, como seguros ou indenizações, em vez de esforços para o resgate ou cuidado dos animais. Essa perspectiva utilitária contrasta fortemente com a abordagem emocional e afetiva dedicada aos animais de companhia, evidenciando uma hierarquia de valor que permeia as relações interespecies.

Por outro lado, os animais silvestres foram frequentemente retratados de forma alarmista pela mídia, reforçando estereótipos de perigo e imprevisibilidade. Um exemplo emblemático foi o caso de um jacaré avistado em um bairro de Porto Alegre, que gerou manchetes sensacionalistas e preocupações exageradas (O Globo, 2024). Enquanto os animais de companhia são vistos como membros da família e recebem atenção prioritária, os silvestres são frequentemente tratados como ameaças ou curiosidades, e os de produção como mercadoria.

As experiências vivenciadas durante a prospecção de campo reforçam a importância de compreender as comunicações sutis como um elemento central para o manejo de animais em situações de crise. Assim, a construção de respostas mais eficazes e inclusivas depende não apenas de recursos técnicos, mas também de múltiplas dimensões da comunicação, outras sensibilidades e saberes que valorizam todas as formas de vidas envolvidas.

4.3. A construção social de voluntários: diferentes dinâmicas de engajamento

Procuramos compreender diferentes dinâmicas de engajamento utilizadas por atores da sociedade civil que foram construídos ou ressignificados durante a crise emergencial. O voluntariado possui uma estrutura de comunicação

que prescinde da oficialidade. As mídias sociais digitais e os aplicativos de mensagens facilitaram a divulgação de campanhas e sua função de conduzir a atenção pública favorecem a criação de legitimidade.

Diferenciamos, para a construção deste artigo, as mídias sociais (como *X*, *Instagram* e *Facebook*), dos aplicativos de mensagens, de caráter particular – no sentido de restringirem as comunicações ao nível da adesão mútua dos comunicantes. As mídias sociais não estabelecem contrapartida tão efetiva, ao contrário do acionamento de laços sociais dos aplicativos para angariar recursos às ações de voluntariado. De qualquer forma, as relações informais se tornaram fontes úteis de recursos.

Há ainda uma terceira modalidade de comunicação preponderante: as organizações utilizaram a comunicação interna entre membros para ativar relações institucionalizadas que se transformaram em ações de solidariedade no contexto de desastre. Uma organização privada de impacto social utilizou laços sociais informais para angariar apoio da população, empresas e organizações da sociedade civil. Duas formas principais de relações informais foram importantes para a empresa nas inundações do Rio Grande do Sul, a primeira foi a ativação das redes previamente estabelecidas com companhias privadas e ONGs; a segunda, o estabelecimento de laços com as comunidades locais onde a empresa atuou no desastre.

As relações sociais são complementadas pelas campanhas nas redes sociais, onde dezenas de vídeos foram divulgados para sensibilizar a população em favor da campanha de doação. A empresa se utilizou também de relações formalizadas contratualmente, como resultado da atuação da mesma nas inundações em 2023 e 2024, quando foram formadas parcerias comerciais.

As operações em causas sociais da empresa dependem da cooperação entre os funcionários profissionalizados em ajuda humanitária e os voluntários, que são recrutados publicamente ou pelas redes de relações previamente estabelecidas. No entanto, boa parte dos voluntários que atuaram no Rio Grande do Sul o fizeram mediante pagamento à empresa pela viabilização da viagem, treinamento e disponibilização de um campo de atuação humanitária, assumindo a posição de voluntários clientes. Por isso, não é possível considerar apenas as relações informais, elas se misturam às formais ou por vezes se transformam em relações de mercado, como daqueles que se tornam clientes voluntários nas ações sociais.

Movimentos sociais também se utilizaram de relações informais para favorecer sua atuação em um cenário de desastres. Em um caso, uma organização de movimento social que estava distribuindo marmitas nas ruas de Canoas se valeu deste momento para recrutar moradores, estes foram alocados em um primeiro momento em ações de confecção e distribuição de alimentos. As ações deste movimento social se amplificaram, atingidos foram recrutados para integrar grupos locais de distribuição de doações e “viandas” – termo local para marmitas. Os novos grupos foram encabeçados por lideranças locais recrutadas nas próprias inundações.

Neste caso, as organizações dependem da comunicação informal realizada pela comunidade local atingida, a provisão de alimentação previamente preparada se torna uma importante ferramenta de comunicação e recrutamento. A distribuição de alimentação preparada foi a única alternativa de sobrevivência para grande parte dos atingidos, por conta disso, as próprias redes de comunicação do bairro divulgavam os locais de distribuição de alimentos.

Em alguns casos a infraestrutura física das cozinhas, centros de distribuição de doações e locais de distribuição de viandas se tornaram espaços de mediação, estas por sua vez fomentaram os movimentos sociais e organizações comunitárias com o recrutamento de voluntários. Os relatos conduzem à dimensão comunicacional do alimento e do lar. O ato de se alimentar é uma rotina de relações de diversos tipos, compartilhar a refeição é produzir e re-iterar conexões sociais. No entanto, em um momento no qual as famílias são privadas do seu lar há uma ruptura com uma forma primária de comunicação: a refeição e a habitação.

A ruptura doméstica é particularmente dolorida para as mulheres, sobretudo as donas de casa, concentrando práticas ligadas à provisão cotidiana de alimento e do cuidado, da mesma forma que a ruptura com o trabalho afeta aqueles que definem boa parte do seu ser pela labuta; a ruptura com o cotidiano pode se manifestar em processos de sofrimento psicossocial devido à impossibilidade da reprodução do papel social adotado pelo indivíduo (Marchezini & Forini, 2019).

O voluntariado militante em uma cozinha solidária reelabora o papel social adotado em um contexto de desastre. A cozinha se torna um símbolo das ações de solidariedade que aproxima voluntários, beneficiários e organizações. Por conta disso, o alimento abre espaço para o engajamento em uma organização ao sintetizar ações de solidariedade, enquanto medeia novas posições e redes sociais.

Nem só de relações informais vivem as organizações de movimentos sociais, duas delas utilizaram suas estruturas internas de comunicação para mobilizar recursos e militantes nas ações de solidariedade durante as inundações. No primeiro caso, a organização (MST) utilizou a experiência prévia de partes de sua militância nacional para criar brigadas enviadas para o Rio Grande do Sul nas áreas de saúde, infraestrutura, alimentação e limpeza, totalizando 47 militantes.

A experiência dos atingidos de outros desastres foi utilizada por outra organização (MAB) para se identificar com os atingidos do Rio Grande do Sul, dessa forma foi produzida uma ligação entre o histórico de lutas deste grupo social e a vivência recente da população gaúcha. Seu amplo contingente militante “girado” para as inundações permitiu angariar doações de esferas sociais inusitadas, pudemos presenciar em seu centro de distribuição caixas de outros países, oriundos de ONGs cristãs, comunidades estrangeiras e corporações bilionárias do ramo alimentício.

Ambas as organizações combinaram comunicações informais, institu-

cionais e internas para favorecer sua ação solidária nas inundações. Essa comunicação foi realizada em sua maior parte pelos aplicativos de mensagens (*WhatsApp*), e partiu da iniciativa de indivíduos que se conheciam antes do desastre.

A situação caótica da emergência opera como uma cacofonia comunicacional na qual os recursos são coletados e aplicados sob um cálculo do possível e imediato. Alianças inusitadas entre atores improváveis surgem no calor do momento com o objetivo comum de prover os insumos necessários à preservação da vida. Fortalecidas pela comunicação instantânea via internet, essas alianças dependem em grande parte da capacidade de romper as linhas institucionais de cada uma dessas organizações. Nessa hora, as linhas de comunicação se misturam, as rotinas organizacionais são atropeladas pela necessidade de resposta, como nos contou uma militante em Canoas: *uma ONG cristã que eu trabalhei durante as enchentes tinha uma quantidade enorme de doações, só que faltava pessoal suficiente (...) então eu liguei para eles pedindo para nos mandarem as doações, eles aceitaram e aqui estamos* (Y, 22 nov., 2024).

Cada indivíduo vive na intersecção de uma série de organizações, podendo em determinado momento catalisar um alinhamento improvável entre elas, o cenário de desastres contribui para que as resistências previamente existentes para determinada confluência sejam rebaixadas. A dinâmica da comunicação retratada acima reflete a prática do engajamento.

As relações informais são uma cadeia latente de recursos disponível, no caso das inundações do Rio Grande do Sul, os aplicativos de mensagens serviram para motivar, recrutar, emocionar indivíduos com o objetivo de os direcionar para uma ação determinada. O engajamento ainda pode ser relacionado a uma ideia, quando o Brasil Paralelo veicula a narrativa do herói em torno do voluntariado ele pretende recrutar soldados para sua “guerra cultural”. Por sua vez, os movimentos sociais engajaram-se nas inundações com o intuito da continuidade pela transformação da figura do atingido-voluntário no atingido-militante. Em suma, produzir engajamento é uma forma de favorecer a legitimidade social de uma ideia.

Desastres permitem romper o cotidiano não só do ponto de vista dos atingidos, mas também das organizações, pois abrem uma infinidade de possibilidades de comunicação anteriormente vedadas, é o caso da empresa de impacto social que realizou dezenas de parcerias comerciais, ou, do movimento social que recruta centenas de pessoas em poucos meses. Essa comunicação implica na possibilidade de engajar, produzir um comprometimento afetivo por parte daqueles que são implicados pela missão em questão.

5. Considerações finais

Este artigo buscou analisar as múltiplas dimensões da comunicação de riscos e dos desastres socioambientais, tomando como objeto os relatos das inundações ocorridas em 2024 no Rio Grande do Sul. A partir de uma abordagem

metodológica que combinou relatos de campo, observação direta, rodas de conversa e entrevistas, foi possível explorar as dinâmicas de comunicação que emergiram durante o desastre, tanto em canais formais quanto informais. A análise evidenciou que a comunicação desempenhou um papel central na resposta à crise, atuando como um elemento-chave para a mobilização de recursos, a organização de redes de solidariedade e a disseminação de informações.

O estudo constatou que a comunicação não se restringe aos canais oficiais, mas se expande para redes sociais, relações informais e até mesmo para interações entre humanos e não humanos. As redes sociais, em particular, mostraram-se fundamentais para a articulação de ações voluntárias, preenchendo lacunas deixadas pelas estruturas formais de comunicação. No entanto, essa descentralização também trouxe desafios, como a disseminação de informações desencontradas e a dificuldade de coordenação entre diferentes atores.

A análise do documentário “O Resgate” permitiu compreender como narrativas específicas sobre o voluntariado foram construídas e instrumentalizadas para reforçar discursos políticos e ideológicos. A idealização do voluntariado como uma força autônoma e desvinculada do Estado reflete uma visão que, embora possa mobilizar ações imediatas, também contribui para a deslegitimação das instituições públicas e para a polarização política. Essa narrativa, amplificada por plataformas como o Brasil Paralelo, evidencia a complexidade da comunicação em cenários de crise, onde informações e discursos são disputados por diferentes grupos com interesses variados.

Outro aspecto relevante foi a identificação de formas sutis de comunicação que transcendem a linguagem verbal, especialmente nas interações entre humanos e não humanos. A observação de comportamentos animais durante as inundações revelou que a comunicação não se limita aos humanos, mas envolve uma rede complexa de interações que inclui gestos, respostas instintivas e dinâmicas emocionais. Essa perspectiva desafia a visão tradicional que separa o “mundo natural” do “mundo humano”, sugerindo a necessidade de uma abordagem mais integrada e sensível para o manejo de crises socioambientais.

Por fim, destaca-se a importância de considerar as desigualdades sociais e ambientais na análise dos desastres. As populações mais vulneráveis, frequentemente localizadas em áreas de risco, são as mais afetadas por eventos climáticos extremos, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam justiça ambiental e reduzam a exposição desses grupos a riscos. A comunicação, nesse contexto, deve ser entendida como uma ferramenta estratégica para a conscientização, a mobilização e a construção de respostas coletivas eficazes.

Em síntese, as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul não apenas expuseram as fragilidades das infraestruturas urbanas e das políticas públicas, mas também revelaram a complexidade das dinâmicas de comunicação em cenários de crise. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para a construção de estratégias mais eficientes de prevenção, resposta e recuperação diante

de eventos climáticos extremos, que tendem a se intensificar no contexto das mudanças climáticas.

Esperamos contribuir para o debate sobre o imaginário e as formas de comunicação mobilizadas, e, fundamentalmente, para a compreensão de que a dicotomia entre o Estado e a Sociedade Civil é falsa e perigosamente manipulada em momentos de emergência climática. O Estado tem um papel fundamental na implementação de políticas públicas que mitiguem os impactos, mas a sociedade civil também tem responsabilidades cruciais, como a conscientização, o ativismo e a promoção de mudanças de comportamento. A utilização da ideia de dicotomia entre Estado e sociedade civil pode ser manipulada para desviar a responsabilidade do Estado, permitindo que ele se isente de suas obrigações.

O artigo indica que a complexidade dos desastres contemporâneos excede a capacidade de ação de qualquer ator isolado – seja o Estado, o mercado ou a sociedade civil. A efetividade da resposta depende da interação e da comunicação entre esses diferentes agentes, superando visões dicotômicas e antropocêntricas, para aumentar as possibilidades de preservação da vida.

Referências

- Acseelrad, H., Campêllo, A. M. C., & Bezerra, G. N. das. (2009). *O que é justiça ambiental*. Garamond.
- Aguiar, C., & Loose, E. B. (2025, fevereiro 13). *Das cheias às ondas de calor: Rio Grande do Sul no epicentro dos eventos climáticos extremos*. Jornalismo e Meio Ambiente. <https://jornalismoemeioambiente.com/2025/02/13/das-cheias-as-ondas-de-calor-rio-grande-do-sul-no-epicentro-dos-eventos-climaticos-extremos/>
- Audi, A., Mascarenhas, G., & Lisboa, S. (2024, outubro 04). *Sem casa e sem resposta: O drama dos desabrigados após as enchentes no Rio Grande do Sul*. Agência Pública. <https://apublica.org/2024/10/o-drama-dos-desabrigados-apos-enchentes-no-rio-grande-do-sul/>
- Beck, U. (2001). *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. Editora 34.
- Belmont, M. (Org.). (2023). *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil*. Instituto de Referência Negra Peregum, Oralituras. <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>
- Brasil Paralelo. (2024, agosto 8). *Documentário completo sobre a tragédia no Rio Grande do Sul: O Resgate*. YouTube. <https://www.youtube.com/live/7mR5nNUQxYw>
- Brasil Paralelo. [s.d.]. *Sobre nós: O que é a Brasil Paralelo*. <https://www.brasilparalelo.com.br/>
- Chafuen, A. A. (2021, march 30). The 2021 ranking of free-market think tanks measured by social media impact. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2021/03/30/the-2021-ranking-of-free-market-think-tanks-measured-by-social-media-impact/>
- Corrêa, G. (2024). *Depois da enchente e das eleições: Por uma Porto Alegre diversa e democrática*. Observatório das Metrópoles. <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/depois-da-enchente-e-das-eleicoes-por-uma-porto-alegre-diversa-e-democrata>
- Garske, C. (2023, setembro 18). *Audiência pública debate possível declaração de emergência climática no RS*. Correio do Povo. <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/audi%C3%A2ncia-p%C3%BAblica-debate-poss%C3%ADvel-declara%C3%A7%C3%A3o-de-emerg%C3%A2ncia-clim%C3%A1tica-no-rs-1.1096533>
- G1 RS. (2024, maio 29). *Um mês de enchentes no RS: Veja cronologia do desastre*. G1. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml>
- Herculano, S., & Pacheco, T. (Orgs.). (2006). *Racismo ambiental: I Seminário brasileiro contra o racismo ambiental*. FASE.

- Instituto Humanitas Unisinos. (2024). *Estamos pagando caro por ocupar o lugar da água, avalia professor da UFRGS*. IHU. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639497-estamos-pagando-caropor-ocupar-o-lugar-da-agua-avalia-professor-da-ufrgs>
- Jornal Nacional. (2024, maio 04). *Programa de 04/05/2024*. [Vídeo]. Rede Globo. <https://globoplay.globo.com/v/12572099/?s=0s>
- Laboissière, P. (2024, maio 9). *Cavalo Caramelo é resgatado de telhado de casa no Rio Grande do Sul*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/cavalo-caramelo-e-resgatado-de-telhado-de-casa-no-rio-grande-do-sul>
- Latour, B. (2020). *Face à Gaia: Oito conferências sobre o novo regime climático*. Ubu.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: Uma introdução à teoria ator-rede*. Edufba.
- Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. (2009, dezembro 29). Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm
- Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. (2012, abril 10). Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm
- Lei nº 14.904, de 27 de junho de 2024. (2024, junho 27). Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Lei/L14904.htm
- Marchezini, V., & Forini, H. A. (2019). Dimensões sociais da resiliência a desastres. *Redes*, 24(2), 9–28. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i2.13000>
- Mattedi, M. (2017). Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. *Tempo Social*, 29(3), 261–285.
- Mesquita, E., & Viana, H. (Diretores). (2024). *O resgate* [Documentário]. Brasil Paralelo. <https://www.youtube.com/watch?v=7mR5nNUQxYw>
- O Globo. (2024, 17 de maio). *É fato que piranhas e jacarés apareceram nas ruas após enchentes no RS*. G1. <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2024/05/17/e-fato-que-piranhas-e-jacares-apareceram-nas-ruas-apos-enchentes-no-rs.ghtml>
- Portal Transparência. (2025). *Despesas totais por grupo: Despes por programa*. Portal Transparência. Prefeitura de Porto Alegre. <https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/despesas/totais-grupo/programa>
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre. (2025). *Departamento de esgotos pluviais: Histórico*. https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=63
- Silva, J. P., & Oliveira, M. R. (2024). Impactos das mudanças climáticas nas enchentes de Porto Alegre. *Estudos Avançados*, 38(110), 45–60. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.012>
- Silveira, A. L. L. da. (2020). Chuvas e vazões da grande enchente de 1941 em Porto Alegre/RS. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, (35), 69–90. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217187>
- Stengers, I. (2015). *No tempo das catástrofes*. Cosac Naify.
- Teixeira, C. A., & Sebastião, S. P. (2023). A percepção das comunidades locais sobre a comunicação das empresas mineradoras em situações de crise e pós-crise: Os casos de Mariana e Brumadinho, no Brasil. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 29(2), 369–381. <https://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/download/87187/4564456564549/4564456675948>
- Vainer, C. B. (2008). Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In F. D. Rothman (Ed.). *Vidas alagadas: Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens* (pp. 39–63). Universidade Federal de Viçosa.